

Perdão da anistia é de Cz\$ 377 bi

Os recursos para a safra agrícola só dão para o mês de julho

O Ministério da Fazenda anunciou ontem o custo da anistia da correção monetária nos empréstimos a produtores rurais e pequenos empresários, aprovada pela Constituinte: Cz\$ 377 bilhões, ou 281,95 milhões de OTN no valor de junho. O Tesouro Nacional arcará com 145,09 milhões de OTN do prejuízo, já incluído ai os repasses efetuados aos bancos oficiais. Para se ter uma idéia, a Receita Federal arrecadará este ano com o trileão 158 milhões de OTN.

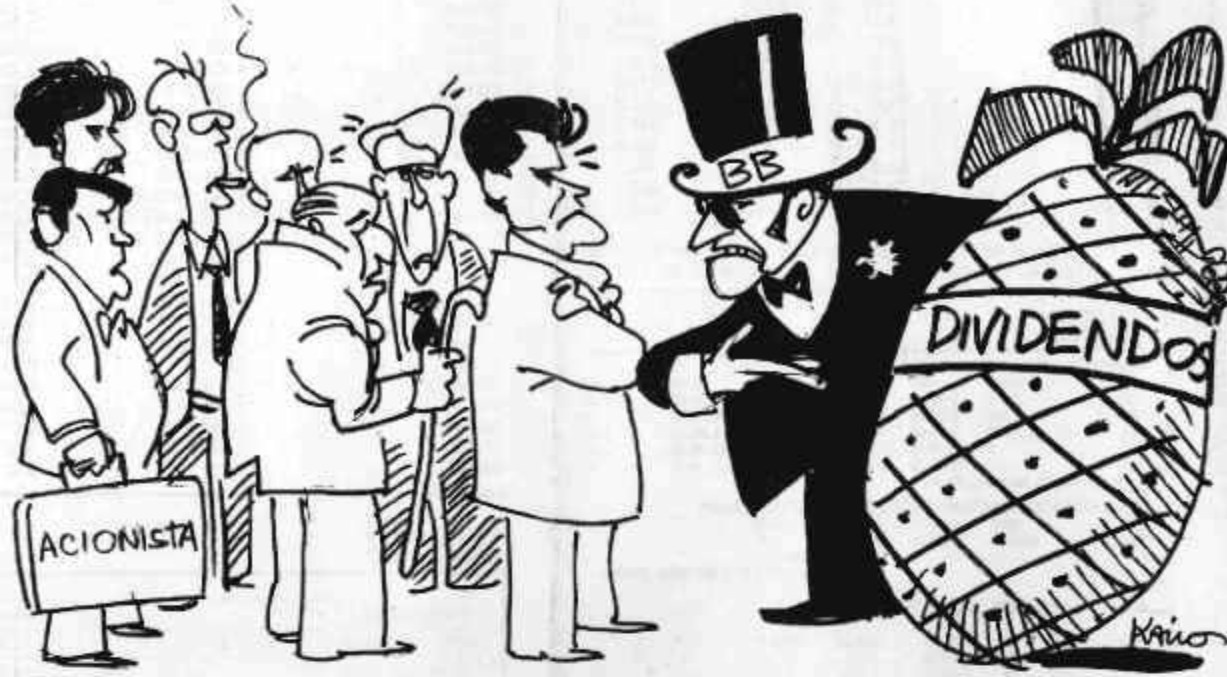
Para Ricardo Alvares da Conceição, coordenador de assuntos agrícolas da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos da Fazenda, o Governo enfrentará enormes dificuldades nos próximos dias. Principalmente porque os devedores não irão pagar, esperando receber a anistia, antes do último dia permitido, ou seja, 90 dias após a promulgação da nova Constituinte.

Alvares da Conceição explicou ainda que os empréstimos de custeio agropecuário continuam suspensos e novas mudanças estão previstas a partir da próxima reunião do Conselho Monetário Nacional, no dia 13. Segundo ele, os re-

ursos para a comercialização da safra em julho estão assegurados, mas em agosto os valores serão revisados, "apesar de o Governo não querer que falte recursos ao AGF e EGF no ano".

"A medida afetará o nível de assistência ao meio rural, a ser decidido pelo CMN", completou Conceição. Está previsto para a próxima reunião do CMN a aprovação de um pacote agrícola, com a especificação dos novos preços mínimos, ou de garantia, dos novos Valores Básicos de Custeio (VBC) e os principais pontos a serem reformulados no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

Pelos cálculos realizados no Ministério da Fazenda, cuja margem de erro está bastante reduzida, o custo da anistia a preços de hoje, em dólares, é de 1 bilhão 964 milhões. É certo, contudo, que esse valor cresce ainda mais, pois quanto mais demorar o pagamento, maior será a incidência da correção monetária. Tudo depende agora da rapidez na promulgação da Constituinte. Para Conceição, "isso anula boa parte dos esforços do Governo até agora para conter o déficit público".



Anistiados ficam sem crédito do BB

Desde ontem está suspensa a concessão de novos empréstimos para custeio e investimentos pelas agências do Banco do Brasil a micro e pequenos empresários urbanos, e a mini, pequenos e médios produtores rurais. A decisão valerá até que se tenha uma idéia exata dos prejuízos que a anistia sobre a correção monetária dos débitos dessas categorias, contraídos durante o Cruzado, causará ao BB.

Conforme o presidente do Banco do Brasil, Mário Berard, os empréstimos já contratados serão liberados. No mês de julho deixar-

rão de ser emprestados Cz\$ 30 bilhões para o setor agrícola e Cz\$ 10 bilhões para atividades urbanas. A liberação dos Cz\$ 30 bilhões para a agricultura, dependia do retorno de Cz\$ 55 bilhões referentes a parcelas de empréstimos concedidos anteriormente. Como agora há o risco desse dinheiro não voltar, o BB suspendeu qualquer liberação, segundo explicou Mário Berard.

Para o setor agrícola, a previsão era de empréstimos de Cz\$ 40 bilhões em agosto próximo, Cz\$ 100 bilhões em setembro e Cz\$ 150 bilhões em outubro. Se-

gundo o presidente do BB, não estão incluídos na proibição de novos empréstimos as aquisições do Governo Federal (AGF) e os empréstimos do Governo Federal (EGF), formas de financiamento para comercialização, transporte e armazenamento de produtos agrícolas.

Mário Berard concordou que a suspensão de empréstimos poderá afetar o plantio da próxima safra, mas alega que esta é a única saída possível. Ele nega que o Governo esteja tomando este tipo de atitude como forma de pressionar a Constituinte a desistir da anistia.

Acionistas serão prejudicados

O Banco do Brasil poderá não distribuir dividendos aos seus 700 mil acionistas, caso venha a se concretizar o cancelamento da correção monetária para as dívidas feitas por micro e pequenos empresários urbanos e mini, pequenos e médios produtores rurais durante o Plano Cruzado. Em entrevista coletiva concedida ontem, o presidente do BB, Mário Berard, disse que as ações do Banco podem vir a se desvalorizar em decorrência da expectativa de prejuízos com a anistia.

A possibilidade de perdas fez com que o Conselho Diretor do Banco do Brasil aprovasse, na última quinta-feira, um voto determinando a provisão de recursos para cobrir o não pagamento de dívidas. Ou seja, o Banco do Brasil vai separar uma parte do seu lucro para arcar com os custos do perdão da correção monetária. Esta provisão, de acordo com Berard, vai constar do balanço da instituição para o primeiro

semestre de 1988, a ser divulgado no próximo dia 20.

Conforme Mário Berard, o BB se prepara para a negociação caso a caso, com os candidatos à anistia aprovada em primeiro turno pela Constituinte. O Banco tem controle sobre a destinação do dinheiro que emprestou, podendo determinar quem pode efetivamente arcar com seus débitos. Segundo o presidente do BB, na análise caso a caso das dívidas de produtores rurais será considerada a situação dos preços de cada produto. Os produtores de soja, por exemplo, têm obtido ótimo preço pela sua safra, não se justificando uma anistia para seus débitos.

"Estamos nos precavendo contra a possível aprovação da anistia mas esperamos que a Constituinte volte atrás", afirmou Mário Berard.

O Banco do Brasil tem dois milhões de contratos

Governo vai lutar contra a anistia

ADEMAR SHIRAIISHI Da Editoria de Economia

O Ministério da Fazenda, o Banco Central e o Banco do Brasil continuaram ontem a discutir uma estratégia para tentar derrubar a anistia da correção das dívidas de micro e pequenos empresários urbanos e proprietários rurais, no segundo turno da Constituinte. Mas os bancos privados mudaram de tática e não exercerão pressão ostensiva, depois de aceitar a realidade de que os constituintes votam contra os interesses dos banqueiros, até por exigência das bases.

O Banco do Brasil não só cumpriu a determinação do presidente José Sarney de cortar os empréstimos rurais e a pequenas e médias empresas, como antecipou a possibilidade de cortar o pagamento dos dividendos do primeiro semestre deste ano aos 700 mil acionistas. O Banco Central informou que o próximo plantio não terá financiamentos bancários.

Na próxima semana, o Ministério da Fazenda continuará a ameaçar com cortes de investimentos sociais e aumentos de impostos. O Banco Central insistirá no alerta de que, com a anistia, a próxima safra agrícola dependerá de superemissão inflacionária de moeda, enquanto o Banco do Brasil conta até com o acirramento dos ânimos de pequenos empresários e agricultores que não vão conseguir contratar novos financiamentos.

Os bancos privados seguirão o exemplo do Banco do Brasil e cortarão os lucros a serem distribuídos para que seus acionistas também ampliem o protesto contra a Constituinte. Após aumentarem a provisão para devedores duvidosos no balanço fechado no dia 30 de junho, os bancos privados aproveitarão a expectativa generalizada de prejuízos para, nas contas do segundo semestre, limpar suas carteiras de créditos duvidosos.

Freire diz que Sarney radicaliza contra a anistia

"Uma medida de retaliac-o e intromiss-o inaceitável do Governo nos assuntos da Assembléia Nacional Constituinte, o que merece o repúdio global de todos os partidos políticos". Dessa forma, reagiu o deputado Roberto Freire (PCBPE) às medidas anunciadas pelo governo, de corte de crédito às pequenas empresas e aos produtores rurais, em consequência da aprovação da emenda anistando os débitos dos micro, pequenos e médios empresários.

Roberto Freire, autor da emenda que restringiu a anistia, afirmou que o Governo adotando esta decisão, vai atingir indiscriminadamente um segmento econômico de larga significação social. "enquanto mantém intactos privilégios dos grandes grupos econômicos". O deputado lembrou que o corte do crédito agrícola, atingindo

cerca de Cz\$ 33 bilhões somente no mês de julho, poderá comprometer decisivamente a produção da atual safra agrícola, tendo em vista a descapitalização do setor provocada principalmente, pela inflação galopante.

Se for mantida a decisão do presidente José Sarney de discriminar os pequenos empresários urbanos e produtores rurais, na opinião de Roberto Freire, o resultado será a radicalização da Constituinte na votação do segundo turno "em benefício das propostas demagógicas de anistia ampla e generalizada, apolada sobretudo pela UDR". Para o líder do PCB, quando os constituintes votarem em sua emenda, assumiram uma posição de não beneficiar principalmente os grandes proprietários e o latifúndio, "mas a imprudência do Palácio do Planalto pode jogar todo esse esforço na lata de lixo".

Senador critica Fazenda

A liderança do PMDB no Senado recebeu com perplexidade e irritação a decisão do ministro da Fazenda de suspender a concessão de recursos para o custeio agrícola. Para o líder Ronan Tito, Mailson da Nóbrega deve rever esta medida, "pois ela representa uma atitude impensada". Não é possível, segundo ele, que o Governo mantenha esta retaliac-o. "Se isto acontecer, quem vai acabar pagando é o povo", advertiu.

Ronan Tito lembra ainda que os dispositivos aprovados pela Constituinte — isenção da correção monetária aos débitos dos mini e pequenos produtores rurais, com propriedades de

até 5 módulos — já eram esperados e s-ao justos. "A agricultura está descapitalizada por culpa dos Governos anteriores, que sempre seguraram os preços às custas do agricultor", ressaltou. "O Ministério da Fazenda teve dois anos para solucionar esta questão de débitos e não fez nada. O que decidimos aqui é uma solução que deve ser acertada", acrescentou.

O senador se mostra preocupado com as consequências da decisão da Fazenda, se forem mantidas por Mailson da Nóbrega. Ele acredita que o corte dos recursos ao custeio agrícola vai ocasionar uma redução da produção e alta nos preços.

Maioria do DF é contra

Dos onze parlamentares que integram a bancada de Brasília na Assembléia Nacional Constituinte, a maioria votou contra a anistia para as microempresas, aprovada na última quarta-feira. Desde a votação da primeira emenda, que concedia anistia mais ampla, abrangendo micro e pequenos empresários urbanos e mini, pequenos e médios produtores rurais, seis parlamentares do Distrito Federal se opuseram à sua aprovação, enquanto outros cinco a apoiaram.

Na segunda votação, uma hora mais tarde, o senador Meira Filho (PMDB) não se encontrava em plenário, mas na primeira ele ficou contra. E a deputada Márcia Kubistchek (PMDB) e o senador Maurício Corrêa (PDT), concordaram com as argumentações apresentadas pelo deputado Roberto Freire (PCB-PE); e votaram sim, contribuindo para que a anistia fosse limitada, na área rural, aos produtores que tenham no máximo cinco módulos de terra.

O resultado da segunda votação, além de excluir da anistia possíveis latifundiários, mexeu também com os empresários urbanos: só serão beneficiados os micro e pequenos empresários cujos débitos, iniciais, não ultrapassem 5 mil OTNs e tenham sido adquiridos durante o Plano Cruzado. "Acho que da forma como ficou se aproxima mais dos interesses populares", justificou Geraldo Campos, que votou contra a primeira emenda e a favor da segunda. O senador Pompeu de Souza (PSDB) disse que votou a favor só da segunda dia a anistia exatamente às microempresas" e não ao bando da UDR, que se identificou muito com o primeiro texto, justamente porque ele beneficiava seus latifundiários". Mesmo não tendo seu nome registrado na folha da segunda votação, o senador Meira Filho (PMDB) afirmou que foi "terrível" a votação da primeira emenda: "Os gastos que seriam feitos, se permanecesse aquele texto, estavam muito além das possibilidades da economia nacional". Na segunda votação, disse que ficou admirado por ter sido um deputado comunista a defender "uma guinada para baixo" (referindo-se à emenda de autoria de Roberto Freire). Apesar de apoiar a decisão, ele se manifesta preocupado com o que viu naquela votação. "A UDR estava junto com a maioria das esquerdas... E, quando dois extremos se encontram, é sinal de que as coisas não vão bem".

O TOTAL DO "ROMBO"

Instituições	Empresas Urbanas	Produtores Rurais	Total	OTN	US\$
Tesouro Nacional	47	147	194	145,09	1.010
Bancos Oficiais	49	79	128	26,73	967
Bancos Privados	32	23	55	41,13	286
TOTAL	128	249	377	211,95	1.964

Receita perde Cz\$ 144 bi

Com a anistia fiscal aprovada pela Assembléia Nacional Constituinte na quarta-feira, o Governo vai deixar de cobrar o total de Cz\$ 144 bilhões referentes a dívidas de pessoas físicas e jurídicas contraídas até o dia 31 de dezembro do ano passado. Os cálculos são da Coordenação de Arrecadação da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Hoje, em processo de cobrança administrativa, a dívida dos sonegadores contumazes é de Cz\$ 500 bilhões, sendo que desse total 60%, ou seja, Cz\$ 300 bilhões são referentes ao não pagamento do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e ao não reco-

limento. Junto ao Fisco, do imposto de Renda retido na fonte. Essas infrações são consideradas crimes passíveis de prisão. Como a Constituinte vetou a anistia para os débitos que tenham como causa crimes definidos em lei, esses Cz\$ 300 bilhões não podem ser perdoados.

Dos Cz\$ 200 bilhões restantes, 30% correspondentes a Cz\$ 60 bilhões, são referentes a multas e juros e portanto estão anistiados.

O total já inscrito na dívida ativa da União é de Cz\$ 800 bilhões, sendo Cz\$ 560 bilhões excluídos da anistia por se tratarem, também, de IPI e de IRfrente. Dos Cz\$ 240 bilhões restantes, 35% estão perdoados, o que representa Cz\$ 84 bilhões.

Iris desmente demissão

O Ministro da Agricultura, Iris Rezende, negou ontem que tenha pedido demissão. Disse que os boatos que circularam sobre sua saída, depois de ter protestado contra os cortes no orçamento da safra 88/89, não têm nenhuma procedência. Ele explicou que está apenas defendendo a sua "seara".

Ontem, o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, afirmou numa entrevista ao programa "Bom Dia Brasil" que as declarações do ministro Iris Rezende contra a suspensão de crédito agrícola para esta safra,

demonstravam apenas que ele estava defendendo a agricultura.

Se a Constituinte tivesse aprovado a anistia nos termos previstos inicialmente, de forma ampla e irrestrita, a suspensão dos recursos para as operações de custeio agrícola e investimento rural seria uma decisão correta do Governo, segundo técnicos do Ministério da Agricultura. Mas a aprovação foi apenas para os pequenos e mini produtores rurais. Por isso, o ministro da Agricultura reagiu contra a suspensão de crédito agrícola para esta safra.

O VOTO DE CADA UM

Como votaram os parlamentares de Brasília, nas duas emendas que definiram a anistia para os micro e pequenos empresários urbanos e mini, pequenos e médios produtores rurais:

Primeira emenda (mais ampla)	Segunda emenda (restrita)
Augusto Carvalho (PCB)	não
Francisco Carneiro (PMDB)	não
Geraldo Campos (PMDB)	não
Jofran Frejat (PFL)	sim
Márcia Kubistchek (PMDB)	sim
Maria Abadia (PSDB)	sim
Maurício Corrêa (PDT)	sim
Meira Filho (PMDB)	não
Pompeu de Souza (PSDB)	não
Sigmaringa Seixas (PSDB)	não
Valmir Campelo (PPL)	sim

Mudança no crédito revolta agricultor

Lucélia, SP — Apreensivos com as medidas adotadas pelo Governo Federal de suspender os créditos agrícolas e benefícios às pequenas e médias empresas, os produtores rurais e empresários decidiram adiar a passeata prevista para ontem em Lucélia, no oeste do Estado, em comemoração à aprovação da emenda que concede anistia às dívidas contraídas durante o Plano Cruzado.

Para o presidente do Sindicato Rural de Lucélia, José Carlos Tazimazzo, a medida está sendo considerada como represália à anistia e preocupa os produtores, principalmente, os descapitalizados. De acordo com ele, em 1987, já houve erradicação de lavouras e redução nas áreas plantadas e, se não se conceder empréstimo para o custeio agrícola e pecuário, haverá quebra de produção.

— Aachamos que é muito cedo para comemorar a vitória, principalmente agora com o novo quadro que começa a nos preocupar. Queremos apenas que seja implantada uma política agrícola racional e não é com a anistia que vamos resolver nossos problemas, porque se não houver condições o que é que vamos produzir? — indagou José Carlos.

"Sem uma auditoria prévia, que comprove a real situação que a anistia aos produtores irá provocar, não aceitaremos as retaliacões que o Governo está promovendo. E muito menos, que sejam utilizados como bodes expiatórios, ou bois do divino, para justificar criação de compulsórios ou o aumento de impostos que o Governo quer promover, mas para outros fins", advertiu ontem em Brasília o presidente em exercício da UDR nacional, Roosevelt Roque dos Santos, criticando a reação oficial à anistia.